

Estudo de caso: A Lei de Notícias Online do Canadá prejudicou o jornalismo, a concorrência e a Internet



Setembro 2024

Muitos países estão considerando novas leis para apoiar a indústria de notícias, que enfrenta dificuldades devido à concorrência online. Algumas dessas propostas de lei incluem esquemas de "taxação links", que exigiriam que plataformas de mídia social, mecanismos de busca e outros serviços compensassem as organizações de notícias pelo uso de seus links (URLs). No entanto, a aprovação da Lei de Notícias Online do Canadá em 2023 demonstra que essas leis não apenas falham em apoiar a sustentabilidade da indústria de notícias, mas também prejudicam o acesso das pessoas à Internet aberta, ameaçam a segurança e reforçam o domínio das grandes plataformas.

Contexto

Os meios de comunicação tradicionais têm enfrentado dificuldades para estabelecer seu espaço na era digital. Enquanto grandes plataformas digitais, como redes sociais e mecanismos de busca, se adaptaram perfeitamente às tendências em constante mudança da Internet, muitos veículos de notícias não conseguiram encontrar um modelo de negócio sustentável para gerar receita online. As redações do Canadá, como muitas outras ao redor do mundo, enfrentaram demissões em massa ao longo dos últimos anos. Apenas de 2023 para cá, grandes veículos de comunicação, como CTV, CBC e Vice Media, cortaram milhares de empregos relacionados ao jornalismo e dezenas de pequenos jornais foram fechados.

Para aliviar esse cenário, alguns países estão tentando encontrar maneiras de fazer com que grandes plataformas digitais compensem as empresas de mídia por meio de uma taxa de link ou "pedágio" para exibir conteúdo de notícias. Por exemplo, em 2021, a Austrália adotou seu "News Media and Digital Platforms Mandatory Bargaining Code - NMBC" (Código de Negociação Obrigatória entre Mídias de Notícias e Plataformas Digitais). Essa legislação posteriormente inspirou a [Lei de Notícias Online](#) do Canadá, promulgada em 2023.

De maneira imprudente, essas e outras propostas essencialmente desestabilizam a relação entre as pessoas e a Internet. Restrições impostas pelo governo a URLs — uma função básica da Internet usada para referenciar locais online — representam uma barreira significativa ao acesso, comprometendo o fluxo livre de informações. Além disso, estudos de caso, como o do Canadá, mostram que propostas semelhantes, em desenvolvimento em países como Estados Unidos e Brasil, se adotadas, não apenas falharão em revitalizar a moribunda indústria de notícias, mas também reforçarão o poder de mercado



das grandes plataformas ao restringir a capacidade das pessoas e empresas de inovar e crescer nos meios digitais¹.

A Internet Society analisou os impactos da Lei de Notícias Online do Canadá na Internet e nas pessoas e empresas que dependem de sua promessa de conectividade global. Com base em nossas descobertas, este documento oferece recomendações sobre como os países podem desenvolver leis que fomentem a sustentabilidade da indústria de notícias sem prejudicar a Internet.

Como os esquemas de Taxação de Links prejudicam as pessoas, as empresas, o jornalismo e a Internet

As propostas, encontradas em várias formas, essencialmente envolvem uma "Taxa de Link" que afastaria pessoas e empresas do acesso a uma Internet aberta. As propostas de taxa de link exigiriam que grandes plataformas online compensassem as mídias de notícias se elas ou seus usuários compartilhassem conteúdo ou links de notícias através de seus serviços. Além disso, tanto as leis australianas quanto as canadenses estabelecem uma autoridade centralizada designada pelo governo para supervisionar a conformidade, centralizando efetivamente a gestão das funções e conteúdo da Internet. Esses dois elementos criam barreiras de acesso que podem prejudicar muito a participação de pessoas e empresas na economia digital e representar riscos à segurança e à proteção online.

Além disso, esquemas de taxação de links simplesmente não funcionam. Se uma plataforma não quiser pagar pelos compartilhamentos de links de seus usuários, ela poderá optar por desativar esse recurso e bloquear completamente os links para fontes de notícias. Por exemplo, a Meta optou por desativar completamente esse recurso no Facebook e no Instagram para evitar se enquadrar na Lei de Notícias Online do Canadá e estar sujeita a taxas ilimitadas por permitir o compartilhamento de links de notícias.

Alternativamente, o Google fez um acordo com o governo federal do país para se isentar das disposições da Lei, comprometendo-se a contribuir com um valor limitado de CAD 100 milhões anualmente para a indústria de notícias, incluindo cerca de CAD 50 milhões em contribuições já existentes. Entre a saída da Meta e a isenção do Google, alguns especialistas acreditam que os estimados CAD 25 milhões em novas receitas² que a mídia de notícias poderia receber estão bem abaixo da projeção de CAD 329,2 milhões feita pelo Parliamentary Budget Officer.³ Não só a Internet é prejudicada por essas leis, mas também os usuários finais que, em última análise, são os que acabam pagando o preço ao perder acesso a informações e recursos básicos dos quais muitos dependem.

¹ Como a lei de notícias online do Canadá vai prejudicar a Internet. Disponível : <https://www.internetsociety.org/resources/doc/2023/internet-impact-brief-how-canadas-online-news-act-will-harm-the-internet-restricting-innovation-security-and-growth-of-the-digital-economy/>

² <https://thehub.ca/2023/12/15/michael-geist-the-government-guts-the-online-news-act-in-an-attempt-to-fix-a-mess-of-its-own-making/>

³ <https://www.pbo-dpb.ca/en/publications/RP-2223-017-M--cost-estimate-bill-c-18-online-news-act--estimation-couts-lies-projet-loi-c-18-loi-nouvelles-ligne>

A recente introdução da Lei de Notícias Online do Canadá — e as reações de duas grandes plataformas que se enquadrariam no escopo dessa Lei — mostram como esses esquemas não apenas falharão em atingir seus objetivos de apoiar o jornalismo, mas também terão consequências graves para usuários e empresas da Internet, tanto online quanto offline.

Ameaças à segurança e ao fluxo livre de informações online

As propostas poderiam comprometer involuntariamente a segurança fundamental do nosso ambiente digital. A criptografia é uma ferramenta fundamental para proteger nossas comunicações e dados de acessos não autorizados. No entanto, as plataformas online podem enfrentar dificuldade para implementar uma criptografia forte e ao mesmo tempo cumprir as leis de “taxação de links” e monitorar o conteúdo de forma eficaz. Sem disposições para proteger os serviços criptografados nessas leis, as grandes plataformas podem enfraquecer a criptografia que oferecem ou considerar a criação de brechas na criptografia para filtragem de conteúdo. Sem proteções para uma criptografia forte nessas propostas, os usuários podem ser privados de um recurso de segurança essencial.

Em 2023, a decisão da Meta de bloquear links de notícias no Facebook e no Instagram, em resposta à Lei de Notícias Online do Canadá, teve consequências graves durante a pior temporada de incêndios florestais do país. Comunidades remotas nos Territórios do Noroeste, altamente dependentes do Facebook para comunicação, não conseguiram compartilhar atualizações cruciais sobre os incêndios, cronogramas de evacuação e recursos de notícias, o que colocou as pessoas em risco durante um momento de emergência. Isso enfatiza os perigos da fragmentação da Internet e o potencial que as decisões de políticas digitais têm de gerar graves consequências no mundo real.⁴

Ameaças a novos negócios e ao jornalismo independente

Quando plataformas optam por cumprir as leis bloqueando links para sites de mídia, isso prejudica mais as pequenas empresas de jornalismo do que os principais participantes do mercado. Startups que estão construindo sua base de seguidores e gerando publicações locais ou de nicho dependem fortemente das mídias sociais para atingir seu público. Se os links aos seus sites forem bloqueados, isso pode ser uma sentença de morte para publicações menores com pouco ou nenhum reconhecimento de marca, enquanto grandes empresas nacionais são menos afetadas devido aos seus modelos de financiamento mais diversificados.

No Canadá, muitos pequenos editores sentiram o impacto da Lei de Notícias Online. Quando a Meta começou a bloquear links de notícias em suas plataformas, algumas publicações relataram uma queda de até 80% no tráfego para seus sites⁵. Embora o objetivo das leis seja diminuir o domínio de mercado

⁴ <https://www.internetsociety.org/blog/2023/10/building-more-affordable-and-reliable-internet-access-in-the-arctic/>

⁵ <https://www.niemanlab.org/2023/11/in-canadas-battle-with-big-tech-smaller-publishers-are-caught-in-the-crossfire/>



das grandes plataformas digitais, elas acabaram, em grande parte, criando um mercado que desfavorece os pequenos participantes, enquanto permite que as grandes empresas de mídia sobrevivam.

Ameaças à inovação e a uma economia digital próspera

Leis e regras que limitam como as pessoas podem utilizar funções básicas da Internet (por exemplo, URLs) e padrões comuns ameaçam fragmentar a experiência online dos usuários, divergindo de uma Internet aberta, globalmente conectada, segura e confiável. Essas limitações ameaçam a inovação e o crescimento da economia digital ao forçar usuários e empresas a um modelo baseado em permissões, que controla o uso da linguagem comum da Internet e do sistema de endereços, o que vai contra seu design fundamental.

Além disso, tudo isso reforça o domínio dos atuais líderes de mercado ao criar um ambiente em que apenas grandes plataformas digitais têm os recursos financeiros necessários para participar. Isso desencoraja a competição, pois os concorrentes emergentes atingem uma barreira que os impede de crescer, a menos que se enquadrem no escopo da lei.

Recomendações

O jornalismo desempenha um papel fundamental na sociedade e no fluxo de informações online. Existem muitas maneiras pelas quais os governos podem oferecer apoio à indústria de notícias sem prejudicar a Internet e os usuários que dependem dela. Para evitar danos ao nosso ambiente online, os formuladores de políticas devem considerar as seguintes recomendações:

- Não criar uma autoridade central que restrinja a capacidade das pessoas ou empresas de usar funções da Internet, como as URLs, o que acaba limitando a inovação — o que as pessoas podem construir — e a liberdade na Internet.
- Não impor políticas que criem incentivos para que intermediários bloqueiem as funcionalidades de URLs ou fazer com que as URLs se comportem de maneira inconsistente em diferentes contextos. Isso prejudica a interoperabilidade das funções básicas da Internet e o endereçamento online.
- Considerar o potencial impacto global das propostas de pagamento de plataformas digitais sobre os intermediários de Internet em outros países. Reconhecer que os custos de conformidade podem fazer com que algumas operadoras alterem serviços ou se retirem do mercado, reduzindo o acesso a conteúdo para cidadãos locais em comparação com outras regiões.
- Encontrar maneiras de incentivar plataformas a apoiar o jornalismo sem associação a links de notícias, como uma contribuição para fundos de mídia, por exemplo.
- Garantir que tais propostas não imponham exigências que prejudiquem o uso de criptografia forte por parte das plataformas de Internet. Proteger a criptografia é fundamental para

manter a segurança e a confidencialidade online, beneficiando tanto provedores grandes quanto pequenos ao preservar a integridade dos dados e a confiança dos usuários.

- Evitar a implementação de disposições que restrinjam a curadoria e a classificação do conteúdo algorítmico, o que poderia restringir a inovação e limitar o acesso a fontes de notícias diversas. Preservar a capacidade de consumidores, educadores, pesquisadores e outros de acessar e criar links livremente a conteúdo de notícias, sem barreiras regulatórias excessivas, apoiando um ambiente de Internet dinâmico e inclusivo.

